

DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ENTREVISTA COM A DOUTORA MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO¹

A presente entrevista se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”, que conduz entrevistas escritas e gravadas (em plataforma virtual) com destacados pesquisadores da Área de “Planejamento Urbano e Regional e Demografia” – Plurd – área de conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, coordenado por docentes do programa de Mestrado/Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.

As entrevistas escritas e virtuais objetivam: a) Compreender a trajetória histórica, social, política e econômica dos debates sobre desenvolvimento; b) Analisar as variações conceituais decorrentes da interface das diversas áreas do conhecimento na constituição do discurso científico do desenvolvimento; c) Conceber aspectos constitutivos da área da Plurd e de sua condição estratégica ao acolher programas de *stricto sensu* de “Desenvolvimento Regional”; d) Constituir registro escrito sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional disponível ao público interessado nas questões, debates, pesquisas e conhecimentos promovidos por esta área do conhecimento.

Esta é a sétima entrevista publicada pela série “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”. A entrevistada é a professora Maria do Livramento Miranda Clementino. A professora possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1975). Graduação em Sociologia e Política pela Fundação José Augusto (1973). Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1977). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1985) e doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1990). Atualmente é professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento urbano, região metropolitana e natal, desenvolvimento regional, mercado de trabalho e região metropolitana.

Para a professora Maria do Livramento Miranda Clementino, “O período do recente experimento desenvolvimentista trouxe uma série de políticas de desenvolvimento, notadamente políticas sociais e grandes projetos públicos, que impactaram positivamente sobre as regiões menos desenvolvidas. Ocorreu neste início do século 21 uma conjuntura socioeconômica que, ao focar na distribuição da renda, ofereceu resposta diferente no mercado de trabalho quanto ao comportamento da população desocupada, à fragilidade ocupacional e à obtenção de rendimento, com forte repercussão na redução das desigualdades regionais

¹Doutora em Ciência Econômica. Professora titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7972-4869>. E-mail: clement@ufrnet.br

(notadamente no Nordeste). Mesmo assim, a política regional não ganhou notoriedade na agenda pública [...]”.

A seguir, a entrevista na íntegra.

1. O professor poderia nos apresentar aspectos que considera relevantes de sua trajetória acadêmica?

A minha trajetória acadêmica foi um processo marcado pela busca e definição de uma área de trabalho, no campo econômico e social, que me satisfizesse em termos de embasamento teórico e de prática profissional. Sou socióloga e economista de formação, mestre em Sociologia e doutora em Economia. Logo, uma formação interdisciplinar como aquela desejável para os que abraçam a temática do desenvolvimento regional. Formei-me em plena ditadura militar, vivendo o autoritarismo e o arbítrio dos militares no poder. Os anos da faculdade foram, concomitantemente, “anos de chumbo”, de “silêncio”, com professores e alunos censurados, “livros proibidos” e faculdade, vez em quando, cercada pela polícia. Tudo isso evidenciava as dificuldades de sobrevivência de um sociólogo no mercado de trabalho brasileiro. Parti para um novo curso e formei-me em Economia. No curso de Sociologia e Política, apesar da censura, tive uma razoável formação nas principais disciplinas das Ciências Sociais, principalmente sociologia, antropologia, filosofia, metodologia da ciência e métodos e técnicas de pesquisa. Posteriormente, pude compensar a precariedade da minha formação na área de Ciência Política, na Pós-Graduação. No curso de Economia, eminentemente de teoria econômica neoclássica, deu-se um diálogo muito restrito com a formação em Ciências Sociais. Com exceção das disciplinas de desenvolvimento econômico e desenvolvimento regional (área que atuo até hoje), o grande saldo do curso de economia foi sua formação quantitativa. Recebi uma formação em matemática básica e avançada, cálculo, lógica formal, estatística e estatística aplicada, demografia, contabilidade geral, contabilidade nacional e finanças públicas, o que me possibilita desenvolver o meu trabalho utilizando métodos quanti ou quali-quanti até hoje.

Iniciei a Pós-Graduação nos derradeiros anos do arbítrio e de um momento decisivo para a transição democrática no Brasil: a crise do II PND e do regime militar, da anistia aos presos políticos, do início da abertura política, das greves do ABC e da emergência do novo sindicalismo, dos abaixo-assinados, do fim da censura, dos congressos de reconstrução da UNE, ... enfim, o país se redemocratizava e discutia seus problemas e dilemas seculares – êxodo rural, caos urbano, favelização, arrebentação urbana, poluição ambiental e comprometimento dos recursos naturais, concentração fundiária e de renda. O Brasil encarava, naquele momento e nos anos seguintes, os resultados mais comprometedores de seu modelo de desenvolvimento. Foi nesse ambiente político em ebulição que tive uma vivência acadêmica de grande intensidade, e a oportunidade de completar minha formação interdisciplinar. Considero que a Pós-Graduação foi a escolha certa para os meus propósitos. A natureza interdisciplinar de minha formação até então, somado à área de concentração escolhida, permitiram-me avançar nos estudos sem uma marca puramente disciplinar. A sensação que tenho hoje é que estive no lugar certo, no momento certo, isso porque na segunda metade dos anos 80 o Brasil passou a viver o

período da abertura política e das novidades ensejadas pela Nova República: a era dos planos de combate à inflação, à moratória e ao Plano Cruzado.

A atividade de pesquisa sempre esteve no centro de minha atividade profissional, seja no serviço público estadual e, depois, na UFRN. A pesquisa nos possibilita profícua reflexão, aprimoramento metodológico e instigantes descobertas. Sempre trabalhei com afinco, participando de projetos de pesquisa de natureza coletiva, de grande envergadura, atualizando minhas leituras sobre economia regional e urbana, sociologia urbana, planejamento urbano e regional e políticas públicas.

O diálogo permanente com a Rede Metrôpoles tem sido muito importante. A agenda nacional de pesquisa do Observatório das Metrôpoles e também a agenda local, do Núcleo Natal, sob minha coordenação, estão orientadas para os estudos urbanos regionais, seja na pesquisa ou na Pós-Graduação. Desenvolvemos estudos e orientamos alunos sobre: a) dinâmica econômica e as transformações recentes ocorridas nas regiões e nas metrôpoles; b) análise das desigualdades socioespaciais; e, c) governança urbana, enfocando as experiências e/ou possibilidades para o desenho de formas de gestão metropolitana. Além disso, fazemos criterioso trabalho de monitoramento da política urbana nos 15 municípios metropolitanos, particularmente no município de Natal.

2. Em que momento despertou no professor o interesse pela pesquisa em torno da temática do desenvolvimento?

A atividade de pesquisa sempre esteve no centro de minha atividade profissional, antes mesmo de iniciar-me na academia. Ainda estudante universitária, participei como recenseadora do Censo Demográfico de 1970, em Natal. Do mesmo modo, participei como recenseadora do Censo Econômico de 1975. Posteriormente, trabalhei com pesquisa e estatística numa instituição do “sistema S”, elaborando boletins e relatórios estatísticos e pesquisas de opinião.

Muito embora tenha coordenado e/ou participado de estudos importantes sobre a economia e o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, quando realizava atividade profissional na Secretaria de Indústria e Comércio, a pesquisa acadêmica só foi iniciada na UFRN.

Na Pós-Graduação tive excelentes professores e base teórica no campo do desenvolvimento regional, rural e urbano. O encontro com a professora Maria de Nazaré Baudel Wanderley, minha orientadora de Mestrado, foi fundamental para minha formação intelectual. Com ela, fiz cursos memoráveis e diálogos proveitosos sobre o rural brasileiro. Na área de economia regional, a grande figura da minha formação foi Wilson Cano, economista crítico, pensador exemplar, pesquisador competente, grande conhecedor do debate de seu tempo, que foi, junto com Nazaré Wanderley, um grande mestre. Com eles, me iniciei no chamado “pensamento crítico” da economia e da sociedade brasileira e nos estudos urbanos e regionais. Creio que aprendi essa lição e inspirei-me no pensamento de Wanderley e Cano para refletir sobre a relação entre agricultura e urbanização na história econômica, social e urbana do Nordeste brasileiro. Aprendi com Cano que a pesquisa regional e urbana precisa ser realizada de modo integrado.

Concluída minha Pós-Graduação em todos os níveis, com meu Pós-Doutorado na Université Lumière, Lyon, na França, prossegui nas questões regionais e desdobrei-me para as questões urbanas, na tentativa de dar conta de processos e dinâmicas urbanas do Nordeste brasileiro dos anos 90. Aceitei o desafio de transitar ou ampliar o campo de pesquisa, participando de um estudo sobre “Estado e Movimentos Sociais Urbanos”. O Nordeste era uma região historicamente rica em termos de mobilização política no campo, e pouco se sabia sobre a realidade da cidade e de seus processos de urbanização acelerados nos anos de 1970 e 1980. Foi um momento virtuoso, e minha primeira inserção da pesquisa em rede entre quatro universidades, um centro de pesquisa e a Sudene, todos no Nordeste.

No início dos anos 90 estive afastada da pesquisa e da UFRN, voltando às funções de gestão pública, dessa vez no município de Natal. Esse mergulho na gestão municipal ampliou o leque dos temas de pesquisa, como o das finanças públicas e do desenvolvimento local ou municipal. A transição para as questões do urbano metropolitano foi uma consequência dessa experiência e das novas oportunidades de parcerias, agora nacionais, como com o Ipea e o Nesu/Unicamp, no estudo “Caracterização e tendências na rede urbana brasileira”, e com o GT – Estudos Urbanos da Anpocs; daí me integrei na rede Metrôpoles e à sua agenda de pesquisa até hoje.

Na UFRN criamos, em 2010, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, inicialmente com Mestrado Acadêmico e, em 2019, com o início do Doutorado.

Registro, por fim, a oportunidade que tive de conhecer por dentro a Área Plurd, quando fui coordenadora adjunta na Capes.

3. Em que ano o professor ingressou na área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional? E quais as características desta área naquele momento?

O ingresso formal na área de Planejamento Urbano e Regional se deu em 2000. Encaminhei ao CNPq o projeto “Desigualdades Socioespaciais na Região Metropolitana de Natal” e, por meio dele foi-me concedida a primeira bolsa de produtividade para o período 2001-2003, na área de Planejamento Urbano e Regional. Passei, desde então, quando solicitada, a fazer consultoria *ad hoc* na avaliação de projetos e a compor comissões de área. No CNPq, a área era muito pequena; tinha apenas 40 bolsas, e nosso grupo detinha 4 delas. Na Capes, a Área originou-se da criação, no início da década de 1970, dos primeiros cursos de Mestrado em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, com a finalidade de formar quadros tanto para a formulação e instituição de políticas públicas nos diversos níveis de gestão, quanto para a implantação desses campos do conhecimento nas universidades brasileiras.

Na subárea Planejamento Urbano e Regional não foram abertos cursos novos durante a década de 80. Naquele período, a Área estava ainda ligada aos cursos em Arquitetura e Urbanismo na Capes. Nesta década, foi apenas credenciado um Programa com Mestrado e Doutorado em Demografia. No mesmo período, foi encerrado o curso da Universidade de

Brasília e o de São Paulo permaneceu vinculado à Área de “Arquitetura, Urbanismo e Design”, após a “separação” entre “Planejamento” e “Arquitetura e Urbanismo” em duas Áreas na Capes.

Durante a década de 90, houve um aumento pouco significativo para seis Programas (com sete cursos) em Planejamento Urbano e Regional, em que se inclui o credenciamento de dois cursos de Doutorado (Ippur-UFRJ, MDU/Ufpe). O Ippur está comemorando no presente momento seus 50 anos. Na subárea Demografia foram criados um Doutorado e um Mestrado em Demografia.

Em 2001, foi criado o primeiro Programa de Mestrado Profissional da Área Plurd, na Ucam da Cidade de Campos dos Goytacazes (RJ), fazendo crescer a capacidade de formação de quadros profissionais.

Durante a primeira década do século 21, houve um expressivo crescimento da Graduação e Pós-Graduação no Brasil, com o Programa de Reestruturação das Universidades brasileiras. O documento de área na Capes afirma que “durante o período de 1998 a 2014 a taxa geométrica de crescimento do número de Programas de Pós-Graduação no Brasil foi de 7,0% ao ano. No mesmo período, o número de Programas de Pós-Graduação da Área Plurd passou de 6 para 47, o que significou uma taxa de crescimento geométrico da ordem de 12% ao ano, ou seja, a expansão do número de Programas da Área foi mais rápida do que a expansão do conjunto da Pós-Graduação no país, notadamente na Região Sul”. Podemos dizer que a área Plurd nasceu nas metrópoles, se expandiu nas cidades médias e hoje são mais de 50 programas.

Vale lembrar o papel desempenhado pela Anpur na consolidação da Área Plurd junto à comunidade científica e às instituições de fomento e no debate acadêmico sobre o tema. Os cerca de 70 centros de Pós-Graduação e pesquisa filiados ou associados à Anpur têm produzido um volume expressivo de estudos sobre a temática do desenvolvimento urbano e regional, em estreita articulação, em muitos casos, com a temática mais geral do desenvolvimento no Brasil. A Associação realizará ainda em 2022 seu XIX Encontro Nacional (realizado a cada 2 anos), e contará com um importante periódico especializado – RBEUR – como veículo de divulgação científica, fortalecendo e incentivando a pesquisa e a Pós-Graduação nesse campo do conhecimento.

4. Antes da constituição da área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional, em que áreas do conhecimento se concentravam as pesquisas e debates sobre o desenvolvimento regional?

Por se tratar de uma área interdisciplinar, o campo dos estudos urbanos e regionais é bastante vasto. Na verdade, trata-se de uma disciplina aplicada situada na encruzilhada da ciência econômica, da geografia, da sociologia, da ciência política e da antropologia, que estuda principalmente a intervenção humana no território, particularmente o deslocamento de renda no mundo (e no Brasil) no curso da divisão internacional do trabalho. Quanto mais acelerada for a dinâmica econômica sob o território, maior tende a ser a força das mudanças sociais; logo, o peso da renda e da ocupação ganham enorme relevância. Mesmo nos países mais avançados, o crescimento econômico manifesta-se de forma desigual no espaço, o que se traduz em disparidades e desigualdades regionais. Não é possível, pois, pôr em marcha o desenvolvimento

econômico sem o conhecimento do meio social e institucional, chamando a atenção dos economistas e dos políticos acerca da necessidade de reduzir, atenuar, conter, acabar (quicá) estes desequilíbrios por meio da utilização de instrumentos de políticas públicas oferecidos pela “ciência regional”, assim chamada por George Benko (1999).

Apesar da grande diversidade de domínios cobertos por essa ciência, podemos recortar aqueles que dizem respeito ao “desenvolvimento regional”: teoria econômica do desenvolvimento; disparidades espaciais; crescimento econômico; estrutura econômica; fordismo; pós-fordismo; planejamento; ordenamento do território; política regional; economia internacional; economia industrial; e, território e economia (BENKO, 1999, p. 66). Assim, o aparecimento e o desenvolvimento da economia regional no pós II Grande Guerra encontram-se ligados à qualificação das ações do Estado da região como problema. A região impõe-se como objeto de análise econômica, uma vez que se torna preocupação de uma consciência coletiva no que tange às noções de liberdade e justiça social, traduzindo-se na necessidade de uma intervenção estatal que, no campo das políticas públicas, é traduzido como “políticas de desenvolvimento regional”. De maneira geral, estudos e pesquisas sobre desigualdades regionais (de renda, principalmente) voltam-se para os países da Região Sul do mundo, tendo em vista a crescente influência na produção global. Os agrupamentos territoriais sempre apareceram, historicamente, para alargar áreas de mercado ou para lutar contra outras potências. Nasceram, assim, outros conjuntos regionais à escala mundial, enquanto as fronteiras dos Estados-Nação vêm sendo ameaçadas com a globalização. Ao mesmo tempo, cabe lembrar que os fenômenos econômicos se produzem partindo de um quadro infranacional, cabendo, também, interligar o movimento da renda no mundo com o que ocorre no espaço nacional. Como assevera Alan Lipietz (1990), “o ‘espaço em sí’ é o fundamento objetivo do espaço empirista no qual se desenrolam, se inscrevem as práticas sociais; o ‘espaço em sí’ é o território”, não sendo à toa que Benko (1999) afirma que a Ciência Regional é aplicada.

5. Em sua perspectiva analítica, quais as diferenças entre as concepções de desenvolvimento pesquisadas, analisadas e debatidas ao longo do século até fins da década de 80 em relação às pesquisas e debates do desenvolvimento regional pós anos 90 do século 20?

Desenvolvimento Regional, região e regionalização são termos muito familiares, não somente na academia ou órgãos de governo; são familiares também no senso comum. A noção de desenvolvimento regional é igualmente utilizada em numerosos contextos econômicos, sociais e históricos, e o mesmo acontece com a expressão “política regional”. Como tal, a temática do desenvolvimento regional tem marcado, desde a primeira metade do século passado, os discursos políticos, técnicos e acadêmicos que informam nossas decisões e, particularmente, as políticas públicas em suas manifestações nas cidades e, cada vez mais intensamente, nos espaços regional, urbano e rural, como um todo.

Até os anos 80, o conceito de desenvolvimento esteve associado à ideia de progresso. Celso Furtado (1978) dizia que nos países periféricos a ideologia do desenvolvimento é herdeira da ideologia do progresso. Essa noção do desenvolvimento “propunha uma transformação nas estruturas sociais, culturais e econômicas dos países não industrializados (ou subdesenvolvidos)

para abrir caminho para sua substituição por formas mais racionais e eficientes de organização social e econômica, visando o fortalecimento das atividades produtivas e da gestão econômica. Assim, a modernização e disseminação do consumo foram também centrais para o avanço da ideologia do desenvolvimento” (Roberto Montemor).

Já no início da década de 60, problemas vinculados a situações de pobreza e desigualdade sinalizaram preocupações à manutenção dos recursos para as gerações futuras e às transformações estruturais necessárias, no longo prazo, na economia e na sociedade. Novas questões entram na agenda, no sentido de se livrar os grupos sociais do envolvimento de algumas de suas velhas práticas, valores, culturas, articulações políticas e crenças, enfim, de outras ideologias e materializações aparentemente incompatíveis com a própria natureza da expansão da racionalidade instrumental e do próprio capitalismo. Assim, nos anos 90 as concepções de desenvolvimento abrem-se em várias vertentes do crescimento e desenvolvimento econômico, transitam do desenvolvimento econômico ao crescimento sustentado; de volta ao desenvolvimento socioeconômico e, por fim, ao desenvolvimento sustentável.

Surgiram novas abordagens sobre desenvolvimento regional, com as mais variadas filiações políticas e ideológicas, que passaram a influir nas práticas do planejamento regional no Brasil. Carlos Brandão (2007) assinala os seguintes conceitos e abordagens: crescimento endógeno, construção de vantagens competitivas de localização, região como ativos locais, APL's, Cluster's, desenvolvimento local integrado, economia solidária, etc.; todas têm como conceito central a sustentabilidade. Destaco algumas noções: 1) **Desenvolvimento Humano**: advoga-se um progresso de expansão da liberdade real do indivíduo, de liberdades substantivas das pessoas a qual a liberdade se reveste de um fator causal eficaz de mudança. As implicações dessa abordagem para as políticas públicas revela uma compreensão do desenvolvimento nos âmbitos econômico, social, e requer relações e operações de mercado, administrações, legislaturas, partidos políticos, mídia e comunidade em geral com seus respectivos papéis e interações. 2) **Desenvolvimento Sustentável**: reside na ideia de que o desenvolvimento deve estar aliado ao respeito pela cultura local, pelo meio ambiente e pelo lugar. 3) **Desenvolvimento Local**: ideia resgatada nos anos 80 e defendida pelos organismos supranacionais que balizam a economia dos países pobres e por entidades da sociedade civil, em resposta às suas preocupações, tanto com a qualidade de vida quanto com as questões relacionadas à cidadania. Atualmente, a abordagem da especialização inteligente, por exemplo, defende que as políticas públicas só terão algum impacto visível no **desenvolvimento local**, como crescimento econômico, criação de empregos, qualidade de vida, etc., **se houver um alinhamento** entre os recursos e ativos competitivos de cada região.

6. Como você caracterizaria a ciência do desenvolvimento regional produzida na atualidade?

O campo de estudos regionais beneficiou-se de muita notoriedade no meio acadêmico brasileiro. Embora as desigualdades regionais nos países subdesenvolvidos sejam aferidos por indicadores semelhantes aos usados nos países avançados – renda per capita, concentração industrial, indicadores de saúde, escolaridade, etc. –, há que qualificá-las, indagar mais sobre

seus instrumentos de medida, suas diferenças naturais e sobre seus processos históricos. A dimensão continental do Brasil, sua diversidade geográfica e regional de climas, solos e outros recursos naturais já lhe confere grande especificidade que se estende, ainda, quando nos referimos ao mercado interno, ao grau de abertura da economia, etc. As disparidades regionais no Brasil são produtos de processos históricos que antecedem a industrialização e a própria integração do mercado nacional, mas o problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira veio aflorar, de fato, no século 20. Antes de 1930 já estava formado o complexo cafeeiro paulista. São Paulo já possuía uma estrutura industrial avançada que contava, inclusive, com um incipiente departamento produtor de bens de produção, instalado com vistas ao mercado nacional. Durante os governos Vargas a discussão da questão regional é ampliada. Aflora definitivamente e adquire maior importância de teorização, de ação política e de ação de política econômica, porém, é nos anos 60, já na segunda fase de integração do mercado nacional, que o debate sobre a questão regional brasileira se torna um problema nacional. Algumas razões para tal são apresentadas por Cano (2007): aumenta o grau de informação sobre os níveis de desenvolvimento regional, por exemplo, sendo a primeira vez que as contas regionais são divulgadas de modo regionalizado; b) ampliam-se as migrações internas, de certo modo motivadas pelas grandes secas ocorridas no Nordeste no final dos anos 50, o que fez aumentar o número de retirantes para o Sudeste, ora em amplo desenvolvimento; c) ganha destaque no cenário latino-americano a divulgação e a aceitação das teorias e técnicas de planejamento para o desenvolvimento, de modo a dar solução aos problemas do subdesenvolvimento, como a “teoria da dependência”, da Cepal; d) no Brasil, teriam aumentado as disparidades regionais por causa da desfavorável Divisão Internacional do Trabalho. Alegava-se uma injusta DIT com a crescente concentração industrial em São Paulo e a conformação de uma produção predominantemente primária na periferia nacional.

Colocada nesses termos, na questão regional, o Brasil tinha necessidade de promover o desenvolvimento de suas regiões. Melhor, havia-se que industrializar as regiões menos desenvolvidas e, na maioria delas, promover processos de substituição de importações. Com isso, e com outras reformas institucionais – a agrária, por exemplo – o equilíbrio regional seria alcançado. Essa tomada de consciência política estimulou não somente a criação de instituições de promoção do desenvolvimento das regiões – Sudene, Sudam – como também importantes estudos sobre a questão regional brasileira. Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade, Goodam e Albuquerque, Antônio Barros de Castro, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Wilson Cano, Veras e Candal, Rattner e tantos outros examinaram as raízes fundamentais do processo de concentração industrial em São Paulo e seu papel na dinâmica inter-regional do país. O Brasil tem mais de 60 anos de política de desenvolvimento regional; mesmo assim, até hoje não conseguiu reverter a concentração produtiva no eixo sul-sudeste. Percebe-se que experiências importantes de planejamento macrorregional no Brasil foram consolidadas em novas formas de atuação do Estado, seguindo o modelo experimentado na Sudene. A estratégia de desenvolvimento do Nordeste contemplava quatro grandes eixos: a) criação de um centro autônomo manufatureiro; b) transformação da economia agrícola da faixa úmida; c) transformação progressiva da economia das zonas semiáridas, tornando-se mais resistente às secas; e, d) o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste, incorporando as terras úmidas (GTDN, 1967). Com o regime militar, muda significativamente a forma de atuação da Sudene; acrescentam-se órgãos de promoção do desenvolvimento regional, agora voltados para uma dimensão reformista e transformadora da realidade regional e de uma dimensão de modernização (diversificação e expansão da base econômica), num processo crescente de integração das economias regionais à economia nacional. Esse período de políticas desenvolvimentistas ocorreu até os anos 80, quando a crise fiscal e financeira do Estado

brasileiro, intimamente associada à crise da dívida externa, retira a capacidade do esforço antes voltado aos programas regionais

7. Em sua perspectiva, quais os principais desafios para a ciência do desenvolvimento regional na atualidade?

No Brasil, as práticas neoliberais iniciadas nos anos 90 fizeram cair fortemente os investimentos públicos nas regiões. Esse declínio está associado à estratégia neoliberal de redução da presença do Estado na economia, com privatizações e corte de gastos.

Depois de duas décadas perdidas de submissão total aos mercados, mudanças ocorreram, acompanhadas de energias para se iniciar o enfrentamento das nossas seculares e potentes forças predativas. O período do recente experimento desenvolvimentista trouxe uma série de políticas de desenvolvimento, notadamente políticas sociais e grandes projetos públicos, que impactaram positivamente sobre as regiões menos desenvolvidas. Ocorreu neste início do século 21 uma conjuntura socioeconômica que, ao focar na distribuição da renda, ofereceu resposta diferente no mercado de trabalho quanto ao comportamento da população desocupada, à fragilidade ocupacional e à obtenção de rendimento, com forte repercussão na redução das desigualdades regionais (notadamente no Nordeste). Mesmo assim, a política regional não ganhou notoriedade na agenda pública. Segundo Tania Bacelar (ARAÚJO, 2013), o tema não recebeu consideração suficiente nos debates acadêmicos e políticos. A dinamização das economias locais de regiões periféricas (áreas rurais, semiárido nordestino) elevou a renda das famílias e permitiu a expansão do emprego (sobretudo de baixa qualificação). Não há como negar que o crescimento com inclusão social do período recente afetou positivamente as regiões mais pobres. Houve, efetivamente, redução da desigualdade intrarregional, principalmente para os indicadores de mercado de trabalho, renda e demografia. Mesmo assim, o ensaio social desenvolvimentista apresentou limites, e não se traduziu em uma transformação estrutural da condição desigual entre os estados, microrregiões e municípios, principalmente entre os pequenos municípios, ou seja, as áreas rurais dos municípios pequenos. Hoje, por exemplo, o Nordeste permanece ainda com áreas muito atrasadas; permanece a histórica heterogeneidade do tecido produtivo regional. Melhor, o momento de crescimento e da integração regional foi efêmero o suficiente a não permitir a superação estrutural de relevantes diferenças em termos de estrutura produtiva, de mercado de trabalho e de desigualdades regionais e sociais. Apesar de resultados importantes no que diz respeito aos rebatimentos regionais das opções realizadas, eles confirmam políticas regionais “implícitas”. Segundo Araújo (2013), foram políticas de corte setorial que prevaleceram, impactando favoravelmente nas desigualdades regionais.

Atualmente, o que está em jogo é uma ameaça (ou desmonte) do ensaio social-desenvolvimentista e sua “tradução” sobre o espaço regional. “O golpe de 2016 inicia uma inflexão ultraliberal no país e altera de maneira radical a correlação de forças que vinha se constituindo no interior do bloco de poder, na direção de um controle mais efetivo por parte das forças conservadoras. O resultado eleitoral de 2018 deixa mais distante a esperança de redução dos desequilíbrios regionais no Brasil.

8. Quais autores ou pensadores são suporte teórico (das diversas áreas) para sua construção do pensamento na área do Desenvolvimento Regional?

A preocupação com o desenvolvimento regional efetivamente começa nos chamados “Anos de Ouro” do Pós-Segunda Grande Guerra. Nos anos 50 e 60 do século passado, grande parte dos estudos debruça-se sobre o desenvolvimento regional, e foi na França onde a temática mais rapidamente se desenvolveu. Provavelmente o estudo de François Perroux – *Les espaces économiques*, de 1955 – estabeleceu um marco, ao estabelecer que “o crescimento não aparece em todo o lado ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou polos de crescimento de intensidade variável; difunde-se através de diversos canais e com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia” (BENKO, 1999, p. 78). Ou seja, o desenvolvimento regional é um daqueles temas, ou problemas, que se constituem, regra geral, no horizonte de longo prazo do desenvolvimento de uma nação ou região. Diz respeito a questões estruturais a serem equacionadas, superadas ou removidas. Carece de uma mudança estrutural, de uma reorientação de sentido ou trajetória nos pilares do (sub) desenvolvimento (regional). Ao constatar que o crescimento econômico não se verifica em toda parte e simultaneamente, a teoria dos polos de crescimento (ou de desenvolvimento) de Perroux teve enorme repercussão internacional, inspirando as políticas econômicas de vários países. Em síntese, o esquema teórico da difusão do desenvolvimento polarizado parte da constatação de que o desenvolvimento é desequilibrado, fazendo-se o mesmo a partir de núcleos de atividades (polos) que provocam uma série de desequilíbrios econômicos que carecem ser reorganizados por indução de políticas públicas. Estes polos produzem duas espécies de efeito: de travamento (agravando as desigualdades regionais) e de arrastamento (facilitador da difusão do desenvolvimento) Cabe, por conseguinte, às políticas de desenvolvimento regional que os efeitos de arraste sejam mais fortes que os efeitos de travamento.

Essa teoria, essencialmente espacial, foi amplamente difundida na França e em outros países. Os países em desenvolvimento atraíram a atenção dos teóricos. Um dos primeiros a estudar o problema regional nos países de capitalismo tardio foram Nurkse e Hirschman. Gunnar Myrdal, prêmio Nobel de 1974, deu grande contribuição ao desenvolvimento desigual, ao fazer uma abordagem global que integra todos os aspectos da realidade: econômicos, sociais, políticos e culturais do (sub) desenvolvimento e da industrialização. O debate até os anos 80 era vasto e, sobretudo, não ficava limitado ao desenvolvimento desigual, ao subdesenvolvimento ou às relações centro-periferia. Fridman, por exemplo, propõe um desenvolvimento autocentrado, constatando que somente uma verdadeira revolução cultural poderá libertar a periferia, sendo preciso que ela se recentre se quiser progredir e reconquistar o poder de si própria (BENKO, 1999, p. 83). Lewis chamou a atenção para as armadilhas provocadas pelo excesso de mão de obra barata existente nas regiões pobres. Gunder Frank construiu modelos: das trocas desiguais e do desenvolvimento baseado na noção de divisão internacional do trabalho. Samir Amim deu notável contribuição para o pensamento econômico marxista, ao salientar a “dimensão polarizadora do capitalismo”, qual seja, um centro desenvolvido que se apropria dos recursos das periferias. Nos seus trabalhos mais recentes, propõe uma leitura original da nova etapa da expansão capitalista mundial, que se inicia com o esgotamento dos modelos do pós-guerra: o fordismo, o soviétismo e o terceiro mundismo (BENKO, 1999). Nos anos 60 do século 20 começa-se a notar um interesse crescente dos geógrafos sobre economia. Destacam-se os contributos Deryche, Aydalot Bailler, Claval e outros. A teoria dos lugares centrais é retomada. Na geografia, uma das grandes tendências da

investigação, a abordagem crítica do espaço, é de inspiração marxista, estabelecendo um debate sobre o papel ideológico do espaço na sociedade moderna. Marxistas e neomarxistas contribuem para a análise econômica, à exemplo de Castells, Lipietz, Harvey, Lacost, Scott e outros. A obra “produção do espaço”, de Henri Lefevre, dá impulso à sociologia urbana e regional de tendência crítica, que conhece grande desenvoltura a partir dos anos 70. O conceito de desenvolvimento local, um pouco mais recente, também deu lugar a uma explosão de escritos. Na visão de Benko (1999), “parece-se com uma panaceia”, por ser aplicável em todos os espaços, desenvolvidos ou não. Por outro lado, adapta-se a todos os discursos, tanto de esquerda quanto de direita, sempre inovando, a título de modelo alternativo. Enquanto campo de estudos, beneficiou-se de muita notoriedade no meio acadêmico e também de muitas críticas. Em 1977, Arnaldo Begamasso publicou um estudo seminal sobre a problemática territorial do desenvolvimento italiano. Essa obra representa um marco da associação da ideia de território à ideia de desenvolvimento. Em síntese, boa parte da literatura sobre desenvolvimento regional se divide em três grandes vertentes, nas quais um dos pontos de divergência diz respeito justamente ao papel do território nos processos de desenvolvimento (BENKO, 1993; DINIZ, 2005). Destaca-se, a partir de então, três grandes vertentes: a) o território é considerado uma variável que conta para a determinação dos custos de produção, materializados na distância dos mercados consumidores ou de fornecedores de matérias-primas (território = fator de desenvolvimento); b) redescobre (lembrando a terceira Itália) o tecido social dos territórios como o principal fator a explicar a diferenciação de sua performance (valem os fatores intrarregionais, mas a ênfase ainda recai no desenvolvimento, agora endógeno); e, c) o território não é um fator de produção ou de crescimento, mas, destacadamente, um suporte para uma população. Conta a promoção do bem-estar de seus habitantes, que advém do consumo social provocado pelo crescimento da renda e de setores da economia ligados à qualidade de vida. Talvez do resultado da combinação desses 3 eixos estruturando a economia e a vida nacional, possamos entender o desenvolvimento brasileiro recente.

9. Percebe a existência de embates teóricos na área do Desenvolvimento Regional? Em quais temas?

Todas as áreas do conhecimento avançam com a troca de experiência, experimentos e no diálogo acadêmico, que nos levam a coesões e correlações, embates e discordâncias teóricas e aplicadas, que têm orientado também a produção científica dos pesquisadores na área do Plurd. Muitos são os temas; alguns muito gerais, que tocam diretamente nas questões relativas ao desenvolvimento e ao desenvolvimento regional, como as discussões sobre a modernidade e pós-modernidade; globalização; reestruturação produtiva, mudança social; liberalismo, neoliberalismo e outras mais. Diretamente relacionados à realidade brasileira e regional, temas como desindustrialização da economia, reprimarização da pauta exportadora, desconcentração produtiva e territorial e heterogeneidade estão no centro dos *processos estruturantes em curso desde os anos 1990 e de novas dimensões conjunturais e opções econômicas e políticas a partir dos anos 2000. Tivemos um momento virtuoso do experimento desenvolvimentista e, após 2015, crise e uma inflexão ultraliberal. Em relação às regiões, esses processos nos levaram a uma reconfiguração da divisão socioespacial do trabalho no país e a reconfiguração do papel das metrópoles em cada contexto regional.* No campo dos estudos urbanos e metropolitanos, a superposição das crises econômica, política e sanitária enseja o surgimento de novos temas,

como a ideia da “urbanização deplorável”, em artigo que desenvolvi em parceria com colegas do Observatório das Metrôpoles para o livro em homenagem ao professor Wilson Cano, publicado pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (Abed).

A pandemia fez ressurgir vários temas no campo alargado dos estudos urbanos. Com a crise do novo coronavírus, a densidade nas grandes cidades é vista por alguns como a origem de todos os males, por desfavorecer o distanciamento social e por “desvalorizar a metrópole”, dada a sua aglomeração. Obviamente que não o é, pelo menos não necessariamente. Em recente artigo que publiquei, mostro que **os desafios em 3 “D” – distanciamento-dispersão e desvalorização – colocados pela pandemia, só na aparência, ameaçam a essência da metrópole atual: em 3 “C” Convergente – Compacta – Convidativa.**

10. Considera uma rede internacional de debate na área do Desenvolvimento Regional? Quais autores e países estão envolvidos nessa dinâmica?

Considero importante o contato com redes internacionais, laboratórios e pesquisadores externos. Esse contato o fazemos por meio das conexões do Observatório das Metrôpoles e de convênios realizados diretamente pelo Núcleo Natal. Destaco parcerias importantes:

1) Com o Urban Theory Lab (www.urbantheorylab.net), coordenado por Neil Brenner (professor de Teoria Urbana de Harvard) no estudo das formas emergentes de urbanização. O pesquisador tem um bom diálogo na interpretação da realidade urbana no Brasil e âncora no conceito de Urbanização Extensiva, desenvolvido por Roberto Montemor, do Cedeplar/UFMG.

Mesmo acompanhando questões relativas à crise do capitalismo e sua reestruturação, e envolvendo questões referentes ao debate provocado pela revolução informacional, ao advento de novas tecnologias, à inovação, à indústria 4.0, aos serviços por intensidade de conhecimentos, etc., tenho seguido o debate dos processos que relacionam a economia e a urbanização ensejados por esse movimento mais geral do capitalismo e o consequente processo de metropolização, que conferem a ideia de “cidade global”. Entendo que na medida em que as fronteiras entre o urbano e o rural se tornam difusas e não mais exigem, para sua compreensão, o estabelecimento de “raias divisórias”, as cidades e os campos ganham, ao mesmo tempo, diversidades em suas homogeneidades. Neil Brenner afirma que, na atualidade, essas reorientações coincidem temporalmente com transformações espaciais, reposicionamentos institucionais e mobilizações sociais em larga escala (BRENNER, 2018, p. 263). Explica o significado e a escala das condições urbanas nos dias de hoje, considerando: a) que as geografias da urbanização estão adquirindo morfologias novas que fazem explodir a antiga divisão entre campo e cidade; b) que nas principais regiões do mundo os governos têm impulsionado, de modo seletivo, matrizes vinculadas ao investimento de capitais internacionais e o desenvolvimento urbano em seus territórios; e, c) que dentro dessa reorganização socioespacial e regulatória vem se cristalizando uma nova luta social urbana. Sendo esses aspectos multifacetados, voláteis e contraditórios, requerem novas formas de planejamento espacial (BRENNER, 2018, p. 263-270).

2) Outra parceria importante envolve o Núcleo Natal do Observatório das Metrôpoles e pesquisadores da Simon Fraser University, Vancouver, no Canadá, com termos estabelecendo

diálogos sobre “governança metropolitana”, particularmente sobre o conceito de “governança colaborativa”. Por ser um conceito que tem sido utilizado de forma bastante ampla, tanto no âmbito teórico como no discurso político, merece ser mais bem delimitado, visto ser falseável e abrangente. O avanço do processo de metropolização de um território traz consigo a necessidade de formação de uma governança mais complexa, pois na maior parte dos casos acaba envolvendo diferentes níveis de governo e de demandas. Isso exige consenso entre as partes, bem como a elaboração de políticas públicas integradas e de caráter transversal. Em estudos comparativos, dialogamos sobre uma possível adaptação do modelo de análise da governança colaborativa de Ansell e Gash (2007), podendo ser utilizado como uma ferramenta de análise para identificar as condições que facilitam ou desencorajam os resultados da governança em áreas metropolitanas.

3) Ainda sobre estudos metropolitanos, o Núcleo Natal tem convênio com o LeMET, de El Colégio de Jalisco, Guadalajara, no México, coordenado pelo professor Alberto Arellano Rios, estabelecendo-se diálogo que serve para formuladores de políticas públicas enfrentarem uma nova realidade metropolitana. Se o século 21 pode ser considerado o século das metrópoles, o momento que vivemos atualmente nos coloca na premência de pensarmos de maneira multidimensional a sua complexidade.

Gostaria de agradecer pela oportunidade.

Entrevista concedida à:

Alexandre Assis Tomporoski
Cintia Neves Godoi
Jairo Marchesan
Sandro Luiz Bazzanella

Como citar esta Entrevista: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional. [Entrevista Cedida a] Alexandre Assis Tomporoski, Cintia Neves Godoi, Jairo Marchesan, Sandro Luiz Bazzanella. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 3, p. 47-59, 21 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.3.4288>

Entrevista recebida em: 08/06/2022

Entrevista aprovada em: 30/11/2022

Entrevista publicada em: 21/12/2022